



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 39, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº30, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

17 de Maio de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 30, de 2018 (Mensagem nº 231/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.*



SF/18426.72936-17

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALÃO, nascido em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos (EUA), é filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão. Tem nacionalidade brasileira em razão do art. 129, inciso II da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1980, assumindo o posto de Terceiro-Secretário no mesmo ano. Obteve Mestrado em Relações Internacionais pela American University, em Washington, DC, EUA, em 1988.

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou numerosas e relevantes funções. Merecem destaque as listadas abaixo:

Professor-Assistente de Relações Internacionais e Orientador Profissional do Instituto Rio Branco (1990);

Diretor-Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (1992);

Professor de Linguagem Diplomática do Instituto Rio Branco (1993);

Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993);

Assessor do Ministro da Fazenda (1994);

Conselheiro na Embaixada em Londres (1995);

Subchefe e Porta-voz do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1998);

Professor de Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco (1999);

Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2001);

Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda (2005);

Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2008);

Embaixador em Tóquio (2011-2013);

Delegado Permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas (2013-2016);

Secretário-Geral das Relações Exteriores e Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular (2016 – até o presente momento);



Foi Chefe de 32 importantes Delegações:

V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, em Berlim (2007);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Brasília (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Roma (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, em Osaka, Japão (2008);

I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Cancún, México (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em San Miguel de Tucumán, Argentina (2008);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, no Rio de Janeiro (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, na Cidade do México (2008);

Reuniões de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e na Basileia, Suíça (2009);

Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, no Porto, Portugal (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington, EUA (2009);

I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, em Lisboa (2009);

II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Viña del Mar, Chile (2009);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em Assunção (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), no Cairo (2009);

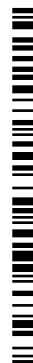
Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington (2010);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Incheon, Coreia (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Paris (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Paris (2010);

III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Lima (2010);



Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Gwangju, Coreia (2010);

I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, em Pequim (2010);

I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, em Washington (2010);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, em Gyeongju, Coreia (2010);

LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2014);

LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2015);

X Conferência Ministerial da OMC, em Nairobi (2015);

XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, em Cancún (2017);

XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em Cancún (2017);

44ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, em Porto Alegre (2018);

II Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Foro CELAC-China, em Santiago (2018); e

IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago (2018).

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão fez jus também às seguintes condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro (1981);

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1983);

Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial (1999);

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador (1999);

Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador (2000);

Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial (2000);

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2011);

Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitscheck, Estado de Minas Gerais, Brasil (2011);

Ordem do Sol Nascente, Japão (2011);

Grande Cordão Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal (2011).

Registre-se, em seu currículo, a autoria dos seguintes artigos:
“Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria”, em Estudos Históricos, vol. 6, nº 12 (1993);
“Globalização: arautos, céticos e críticos”, em Política Externa, vol. 6, nº 4



e vol. 7, nº 1 (1998); “Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance”, em *The World Today*, August 2010, nº 3 (2010); e “O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante”, em *Política Externa*, vol. 20, nº 3 (2011). Além do livro “Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)”, pela FUNAG, em 2015, obra integrante da Coleção CAE.

Registre-se também que o Embaixador Galvão foi considerado como um dos melhores alunos por seus professores nos diversos cursos que frequentou, inclusive tendo sido o primeiro da sua turma no Instituto Rio Branco em 1980.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a União Europeia o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4.475.757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

O Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura



de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.



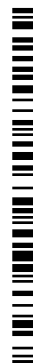
Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.

Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café



(US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Por fim, examinando-se o aspecto dos investimentos recíprocos, verifica-se que a União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.

Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.



A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

indicação para chefes de missão diplomática

MSF 30/2018 - MARCOS GALVÃO - UE

Início da votação: 17/05/2018 09:28:28

Fim da votação: 17/05/2018 11:50:04

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPPLY	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
KÁTIA ABREU		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	votou
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPINO	votou	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	voto não computado
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE	votou	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR	votou	1. WELLINGTON FAGUNDES	
PEDRO CHAVES	votou	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Fernando Collor
Presidente**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
PLENÁRIO Nº 7, EM 17/05/2018

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 30/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, PARA EXERCER O CARGO EMBAIXADOR EXTRAORDINÁRIO E PLENIPOTENCIÁRIO, CHEFE DA MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA, EM BRUXELAS, COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

17 de Maio de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional